

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ **Formação continuada em Educação do Campo na SEEDF: Construindo caminhos**

 *Anna Izabel Costa Barbosa* *

Resumo: Este artigo tem como objetivo compartilhar o caminho político-pedagógico percorrido pela formação continuada em Educação do Campo na EAPE¹ de 2012 a 2017: as ações criadas, as decisões, os avanços, as dificuldades, as perguntas que a experiência suscita. Percorre a história da formação, sistematizando a experiência e extraindo dela novos territórios metodológicos criados em resposta às demandas da realidade a aos limites institucionais. Conclui afirmando que é preciso seguir conquistando novos espaços, entre eles a formação em alternância e o direito à formação a todos os educadores; criando novos métodos coerentes com o movimento da vida e da luta pela terra; lutando por condições materiais de trabalho, entre eles a ampliação da equipe de formadores de forma descentralizada a fim de viabilizar o diálogo e a ação contínua nas escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação Continuada. Educação.

* *Anna Izabel Costa Barbosa é graduada em Pedagogia, especialista em Planejamento e Administração de Recursos Humanos, mestre em Política e Gestão Ambiental pelo CDS/UnB e doutora em Educação, na linha de pesquisa de Educação do Campo, pela UnB. É professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), e atua na implantação da Educação do Campo. Contato: annaiza@gmail.com.*

O caminhar

*Vemos as coisas como elas são e perguntamos: por quê?
Sonho com coisas que nunca existiram e pergunto: por que não?*
Bernard Shaw

A formação continuada em Educação do Campo, em acordo com seus princípios fundantes, matrizes e diretrizes normativas, nasce na EAPE em 2012. Nestes quase sete anos constrói uma história. Abre caminhos, maneja trilhas, promove diálogos, desperta sensibilidades, cria redes. Este artigo tem como objetivo compartilhar os fios da trama: o caminho político-pedagógico percorrido, as ações de formação criadas, as decisões, os avanços, as dificuldades e as perguntas que esta experiência suscita.

Tramar vem do étimo latino *trama*, o fio que vai de través, que se entrelaça na urdidura. O processo formativo foi, assim, uma trama: diverso, composto de muitos fios, de diferentes texturas, cores e tons, tecidos no calor dos encantos e desencantos de ser educadora/educador da Secretaria de Educação do DF.

A formação continuada e a gestão de políticas públicas em Educação do Campo caminharam de mãos dadas de 2012 até 2017 e construíram uma história no DF. O processo de luta para construção de políticas públicas locais e a gestão política central das Escolas do Campo é a urdidura sobre a qual se tece a formação continuada que, por sua vez alimenta de realidade tal processo. Entretanto, o objetivo deste artigo não será de analisar esta trajetória em toda sua complexidade, mas sim, dar ênfase na formação continuada, trazendo elementos desta urdidura de forma sintética quando indispensável.

Ao final de 2011, em um dos processos de reestruturação² hierárquica-organizacional da SEEDF, criou-se, no âmbito da Coordenação da Diversidade, vinculada a Subsecretaria de Educação Básica, o Núcleo da Educação do Campo, responsável pelas escolas localizadas no território rural do DF. Em 2012 inicia-se o processo de diagnóstico e a realização de encontros pedagógicos para dialogar sobre a realidade das escolas rurais do DF.

Do total de 677 unidades escolares e mais de 450.000 matrículas, 78 são escolas rurais, distribuídas entre nove Coordenações Regionais de Ensino (CRE) totalizando, segundo o Censo Escolar 2017, 20.161 alunos matriculados, 1.380 professores efetivos e 430 professores contratados. A estrutura hierárquica, centralizadora e autoritária; as particularidades da cultura escolar, construída no caldo da história do DF; as condições infraestruturais, sempre precárias; a questão agrária do DF, que se revela muito diversa, com áreas do agronegócio, de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, de agricultura familiar, de lazer, entre outras atividades rurais exercidas sobre o “berço das águas”³, são as condições materiais objetivas nas quais trilhamos um caminho novo e incerto. Incerteza que não significa ausência de meta, de rumo, de projeto, mas sim, o reconhecimento de que se trata de forjar um caminho novo.

Em 2012, é ofertado o primeiro curso de formação continuada em Educação do Campo pela EAPE com o objetivo de levar às escolas o debate que se iniciava em nível central por meio do Diagnóstico da Educação do Campo e de encontros pedagógicos com gestorxs, realizados pelo Núcleo de Educação do Campo/SUBEB⁴.

A experiência nos trouxe três conclusões: as escolas rurais

ficam distantes do centro urbano (algumas mais de 50 km) e os horários de entrada e saída dificultam ou impossibilitam a frequência dos professores no curso; seria necessário ampliar a carga horária, pois, segundo xs cursistas, as temáticas tratadas demandavam um tempo maior para discussão e aprofundamento; a formação será ferramenta imprescindível para a construção da política pública de Educação do Campo do DF e, para tanto, deverá ter sua oferta ampliada para todas as CREs, adotando estratégias pedagógicas específicas que atendam às especificidades das escolas rurais e dos profissionais que nela atuam.

No ano seguinte, 2013, o Núcleo de Educação do Campo formula o Projeto Piloto de Educação do Campo que teve como objetivo a “construção e implementação de Política Distrital de Educação do Campo, cuja experiência deverá fornecer indícios das potencialidades e dificuldades para a implantação da Educação do Campo no DF”⁵.

O Projeto Piloto se propunha a articular formação, alimentação e produção e construiu várias parcerias, em especial com a EMATER e IFB/Campus Planaltina, para cumprir seu objetivo de articular as três dimensões, garantindo formação em Educação do Campo para educadorxs; alimentação escolar saudável por meio do consumo de alimentos agroecológicos produzidos pelos agricultores familiares localizados próximos às escolas, cumprindo-se o PNAE⁶; e proporcionar formação em Agroecologia para as escolas e suas comunidades. As parcerias permitiram a construção de valiosos conhecimentos e a inserção do debate da Educação do Campo não só internamente, mas também no âmbito do GDF, indicando que a formação em Educação do Campo extrapolava os muros dos cursos e da própria Secretaria.

O curso “Construindo a Política de Educação do Campo do Distrito Federal na Perspectiva da Reorganização”⁷ foi realizado como dimensão estruturante do Projeto Piloto, levando ao coletivo de educadorxs de quatro escolas⁸ a oportunidade de encontros formativos em horário de coordenação. Em duas das escolas participaram educadorxs de ambas as carreiras, permitindo uma relação mais próxima às realidades locais, visto que são entre xs servidorxs que, em geral, encontramos a comunidade. A experiência também indicou que as diferentes relações dxs professores com os territórios em que atuam define as possibilidades de ligação da escola com a vida como também de relações mais horizontais entre as pessoas e, assim, mais humanizadas. Quanto mais de longe vem o/a professor/a, mais tempo de deslocamento, mais precarizada sua qualidade de vida, menos conexão com o território, que não conhece, onde não tem relações.

Inauguramos com este curso a alternância na formação continuada em Educação do Campo na EAPE, organizando-o em dois tempos formativos integrados: o tempo formação – quando participariam de palestras, oficinas e debates – e o tempo escola/ comunidade – quando desenvolveriam ações junto às respectivas comunidades escolares e retornariam em um seguinte encontro com a apresentação de relatórios dessas ações desenvolvidas, articulando conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e técnicos como ferramentas para problematizar a realidade e modificá-la.

É ainda em 2013 que criamos o Dia do Campo⁹ formulado com o objetivo de ampliar os tempos/espacos de formação e diálogo sobre a Educação do Campo no DF. Assim, o Dia do Campo, que deveria ser inserido no calendário escolar, deve

reunir todos os educadores de cada CRE, semestralmente, colocando em questão um tema da Educação do Campo com uma dupla abordagem: de compreensão e de decisão, de modo que se constitua em um espaço-fórum de construção da política de Educação do Campo do DF.

Em 2014, inauguramos a formação com um período concentrado de tempo estudo (40h realizadas em uma semana) e concluímos que tanto do ponto de vista do aprofundamento de estudo das categorias teóricas, quanto da práxis e da formação do coletivo, a imersão nos deu mais possibilidade para o alcance dos objetivos. A convivência permitiu um contato muito próximo, o diálogo aberto e contínuo, favorecendo que o caminho de formação fosse sendo construído com foco nos sujeitos, considerando suas potencialidades e os limites pessoais e institucionais. Permitiu ainda a formação de grupos de trabalho e, assim, o exercício da auto-organização.

No ano seguinte, em 2015, formulamos o curso “Abrindo Trilhas para a escola do campo”, buscando avançar na aproximação da formação aos princípios pedagógicos da Educação do Campo, de forma que o processo formativo trouxesse para si uma forma de organização do trabalho pedagógico fundada na ligação do conteúdo com a vida, na auto-organização e no trabalho como princípio educativo. São reformulados os tempos formativos, agora denominados Tempo Estudo e Tempo Intervenção¹⁰.

As demandas surgidas no Tempo Intervenção levaram à criação, em 2016, das Oficinas Temáticas com o objetivo de sistematizar ações formativas que já vinham sendo realizadas quando as formadoras da EAPE desenvolviam atividades nas escolas dos cursistas no Tempo Intervenção, compartilhando conhecimento com todo o coletivo.

Em 2017, a realidade nos trouxe a reformulação administrativa que eliminou os coordenadores intermediários¹¹ de Educação do Campo das CREs, todos formados pela EAPE e com uma atuação em rede que permitia a realização de inúmeras atividades formativas nas escolas; e também o impedimento de oferecer curso em alternância, visto que a direção da EAPE entendeu que feria as normas de carga horária da SEEDF. Assim, duas novas experiências são criadas: o curso Abrindo Trilhas com carga horária menor e realizado em horário de coordenação para educadores da CRE Gama; um curso na EC Lajes da Jiboia/Ceilândia, em horário de coordenação e aos sábados (reposição de greve) em conjunto com as crianças. A alternância é mantida como princípio e na concepção dos tempos formativos, mas sem imersão.

A retomada de um curso realizado na escola, como feito no âmbito do Projeto Piloto em 2013, evidenciou o

potencial de penetração da formação no cotidiano do trabalho pedagógico. Em um movimento dialético, o cotidiano da escola, intenso e cheio de tarefas, também penetrou no curso, por vezes criando limites, principalmente em relação à ausência de tempo para estudo e para o diálogo entre os professores dos dois turnos. O principal desafio se colocou já nos primeiros encontros do curso, indicando que o planejamento sofreria muitas alterações para que o processo formativo realmente desse respostas às demandas da realidade. As categorias teóricas e as compreensões da Educação do Campo foram sendo construídas em vínculo estreito com o planejamento pedagógico da escola, segundo as possibilidades e limites do grupo.

Em 2018, uma nova metodologia é criada pelo curso “Escola do Campo ligada à vida: o inventário como ponto de partida”, trazendo para a formação as Oficinas Temáticas, experimentadas no Tempo Estudo e realizadas nas escolas no Tempo Intervenção. A experiência ainda está em curso e não temos uma análise final de suas potencialidades e limites, mas podemos já afirmar que as dificuldades de acompanhamento pelas formadoras¹² são um obstáculo para os objetivos do curso.

Ainda neste ano de 2018 avançamos na conquista do direito à formação com a oferta de três cursos com orientação da EAPE, mas realizados por educadores que se dispuseram a empreender a tarefa de formadores acumulando suas funções primeiras¹³. Orientados pelas formadoras da EAPE, desde a formulação do projeto à sua execução, estes educadores experimentam um processo de formação concomitante com sua atuação e, assim, preparam-se para assumir a função de formadores na EAPE futuramente. Na Ceilândia o curso se desenvolve na EC Lajes da Jiboia para o coletivo de educadores e tem a coordenadora local atuando como formadora; no Gama reúne educadores de todas as escolas do campo e é realizado de forma itinerante estabelecendo conexão com os projetos desenvolvidos nas respectivas unidades; no Paranoá, a partir de uma demanda apresentada pelo CED PADF, reúne educadores de outras cinco escolas da CRE que, finalmente, podem exercer o direito à formação.

No Quadro 1, temos os cursos e oficinas realizados e certificados pela EAPE no período de 2012 a 2018. Não estão reunidas aqui as demais atividades, como o Dia do Campo, Rodas de Conversa e Oficinas que não geram certificação.

Quadro 1. Cursos EAPE para Educação do Campo entre 2012 a 2018

Ano	Curso	Período
2012	Educação do Campo: Desafios e Perspectivas para as Escolas do Espaço Rural do Distrito Federal	04/09 a 04/12/2012
2013	Construindo a Política de Educação do Campo do Distrito Federal na Perspectiva da Reorganização	10/04/2013 a 04/12/2013
2014	Educação do Campo do DF: Formando Coordenadores	17/02/2014 a 05/12/2014
2014	Diversidade, Direitos Humanos e Educação (1 módulo sobre Educação do Campo).	11/03/2014 a 25/11/2014
2015	Abrindo Trilhas Para a Escola do Campo	06/04/2015 a 21/08/2015
2015 a 2017	Projovem Campo	21/07/2015 a 10/08/2017
2016	Oficina Temática em Educação do Campo: Alimentação Escolar	24/10, 29/11 e 13/12/2016
2016	Oficina Temática em Educação do Campo: Construção de Espaços Educativos	08/11, 05/12 e 19/12/2016
2016	Oficina Temática em Educação do Campo: Mapeamento do Espaço Escolar.	28/06, 06/07, 13/07 e 01/10/2016
2016	Abrindo Trilhas para a Escola do Campo III – Formando- Coordenadores Locais	11/04/2016 a 06/12/2016
2016	Manejando Trilhas para a Escola do Campo	13/04/2016 a 20/07/2016
2017	Abrindo Trilhas para a Escola do Campo 2017	25/04/2017 a 29/08/2017
2017	Escola do Campo: Construção do Inventário na EC Lajes da Jiboia	02/05/2017 a 15/08/2017
2018	Escola do Campo ligada à vida: a construção do Inventário como ponto de partida	03/04/2018 a 04/12/2018
2018	Semeando a Educação do Campo na CRE Paranoá	30/08/2018 a 13/12/2018
2018	EC Lajes da Jiboia: ampliando saberes para a construção da escola do campo	10/04/2018 a 27/11/2018
2018	Oficinas de Educação do Campo no Gama	30/05/2018 a 24/10/2018

Fonte: Núcleo de Documentação/EAPE.

As conquistas

A formação continuada em Educação do Campo acompanha o movimento da realidade, modificando-se conforme os caminhos indicados pelos processos avaliativos e pelas condições materiais objetivas para sua realização. É uma elaboração ainda em processo, tanto como experiência vivida, quanto como reflexão crítica sobre suas contradições e possibilidades. Contudo, a experiência destes anos, as práticas de formação continuada que vem sendo criadas, experimentadas e aperfeiçoadas na EAPE, vai delineando novos territórios metodológicos que sistematizamos em quatro pilares:

1. Formação continuada é mais que curso, desenvolve-se em diferentes espaços/tempos de diálogo e de luta por direitos.

Segundo Caldart (2012, p. 262) a Educação do Campo:

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

Assim, fundada na perspectiva emancipatória da Educação do Campo, a formação continuada não pode estar enclausurada em cursos, em aulas ou limitada a análises teóricas, em rápidos encontros semanais dentro de quatro paredes, mas deve estender-se aos espaços de luta (como os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária; as plenárias do Fórum Permanente da Educação do Campo; as Feiras da Reforma Agrária; Audiências Públicas da CLDF, entre outros); manter-se em permanente diálogo com os movimentos sociais que fazem a luta por Reforma Agrária como projeto de país com justiça social e soberania popular; promover espaços de diálogo e organização coletiva pelo direito à Educação do Campo no DF e pela formulação das políticas necessárias; manter relação direta e contínua com as escolas do campo; estar em diálogo permanente com as universidades e institutos federais.

Para tanto, desenvolve-se não apenas como cursos certificados pela EAPE, mas em diversas ações respondendo às demandas da realidade como: Dia do Campo, Rodas de Conversa, Oficinas, Grupos de trabalho e estudo, etc.

A formação continuada deve vincular-se às lutas por direitos, compreendendo ser ela mesma um direito a ser conquistado pelos educadores da SEEDF. A forma conservadora de formação, organizada em aulas semanais de 3 horas de duração na EAPE ou mesmo nos Pólos¹⁴, dificulta o acesso à formação, dadas as distâncias entre as escolas e a EAPE ou mesmo a CRE. Este formato impõe também limites às saídas de campo e à participação em eventos externos, seja nas Universidades, Institutos Federais, Sindicato, etc., que são importantes espaços de construção de conhecimento.

2. A alternância como práxis

A alternância em formação só faz transpor todas as alternâncias que

existem na realidade e que se vivenciam no cotidiano: entre a noite e o dia, a sombra e a luz, o trabalho e o descanso, a chuva e o sol, o frio e o calor, o inverno e o verão, a ação e reflexão, e ideia e a prática... obedecendo ritmos às vezes muito curtos, às vezes muito longos... É nessa permanência de alternâncias, é nesta complexidade do cotidiano, seus paradoxos de rupturas e de relações com suas interfaces, que vivenciamos um processo contínuo de desenvolvimento, muitas vezes à nossa revelia. (GIMONET, 2007, p. 123).

Desde sua criação nas *maisons* francesas até sua expansão para diversos países e para o Brasil, são variadas as experiências de alternância no processo formativo de jovens camponeses. Estudiosos da alternância como Bourgeon, Malglaive, Girord de L'Ain e Lerbert, sistematizados por Queiroz (2004) definiram uma variedade de tipologias, fruto de compreensões diversas das diferentes experiências. Entre elas, tomamos como referência a Alternância Integrativa¹⁵ que não se limita a uma sucessão de tempos de formação, mas realiza uma estreita conexão entre tais tempos, uma ligação dinâmica, em constante movimento, e que coloca o alternante como ator envolvido em seu meio. Assim, sai da relação binária, linear, de justaposição das coisas, para compreender o ser humano na complexidade da sua vida, de seu meio (BARBOSA, 2012).

O real é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados (como numa tapeçaria). O mundo é um tecido de acontecimentos, de ações, de interações, retroações, determinações, acasos, incertezas e contradições... Supõe articular, distinguir sem separar, associar sem reduzir. Coloca o paradoxo do um e do múltiplo, mas, também, que o todo é mais do que a soma das partes. E, ainda, que se misturem a ordem, a desordem e a organização como em qualquer organismo vivo (MORIN, 1990 apud GIMONET, 2007, p. 111-112).

Tendo a Alternância Integrativa como princípio, está sendo compreendida na formação continuada da EAPE para além de estratégia de organização pedagógica da formação, mas como práxis contra hegemônica, como opção política pedagógica que fazemos para desenvolver o processo formativo considerando a complexidade da vida e da práxis e a dinâmica das aprendizagens, permitindo criar rupturas entre os lugares, momentos e conteúdos tradicionais da formação, construindo novas relações humanas, sociopolíticas, culturais e de produção de conhecimento.

Segundo Barbosa (2012), a alternância é um motor de rupturas ao exigir o diálogo de espaços e saberes (transdisciplinaridade); ao dar as condições para a ligação do currículo com a atualidade; ao proporcionar a articulação dos saberes científicos aos conhecimentos produzidos na própria vivência sócio-histórica do educador do campo; e, ainda, nas condições de internato ou imersão formadora, a oportunidade de convivência para o aprendiz da vida em coletividade.

Assim, considerando o cursista como ator envolvido e atuante em seu meio, compreendendo-o como ser humano na complexidade da vida, dinâmica, em movimento, os processos de formação continuada são organizados em dois tempos/espaços formativos em estreita conexão:

- o Tempo Estudo (TE), quando formadoras e cursistas se reúnem para dialogar com as categorias teóricas da

Educação do Campo e planejar o desenvolvimento das ações do Tempo Intervenção. Pode conter horas indiretas destinadas ao estudo individual de textos/artigos/livros/filmes indicados pelas formadoras.

- o Tempo Intervenção (TI), quando são desenvolvidas pelas/os cursistas ações nas escolas ou CREs a partir de planejamento orientado e acompanhado pelas formadoras. É realizado nas escolas de origem das/dos cursistas, em período definido no calendário de curso, mas em dia da semana e turno que poderá variar segundo o planejamento pedagógico de cada escola.

Toda formação é um percurso e demanda um movimento que possa juntar os fios, construir compreensões, dar amplitude ao olhar que parte de si e da realidade circundante. A formação é como um tear em que vamos tramando, traçando a muitas mãos a Educação do Campo. Primeiro a urdidura: vamos compreender a materialidade na qual concretizaremos nossas ações. Depois os fios da trama: as compreensões de campo, de política e de educação orientadoras da Educação do Campo. E por fim, o trabalho para tecer a Educação do Campo no Tempo Intervenção.

Na integração entre os dois tempos/espacos de formação mantém-se o vínculo do educador com a sua realidade, o que permite que ele desenvolva uma visão integradora e articulada dos conhecimentos, rompendo a separação entre teoria e prática, para construir uma visão de totalidade, o que garantirá que o seu trabalho não se torne fragmentado e desvinculado da realidade social em que está inserido. A fragmentação está não apenas entre as disciplinas, mas entre elas e a vida. É preciso promover o diálogo entre o conhecimento científico e a realidade concreta, e nesse movimento produzir conhecimento novo, o conhecimento que responde à vida. (BARBOSA, 2012).

Trata-se de garantir a construção de um olhar complexo do educador sobre a sua realidade, de ter a realidade da escola e da comunidade como objeto de ação-reflexão- ação, desconstruir práticas pedagógicas contra hegemônicas, articulando espaços considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto (SILVA, 2008), colocando em relação diferentes sujeitos com identidades, preocupações e lógicas também diferentes.

Os processos formativos empreendidos na EAPE, sejam ou não em formato de curso, pretenderam atuar na relação escola-comunidade ou comunidade-escola, em ambos os sentidos, procurando superar o isolamento destes “dois mundos”: que a escola deixe de estar alienada da comunidade, percebendo/compreendendo de forma crítica o projeto de desenvolvimento que ali se gesta e que a comunidade passe a prestar atenção no que acontece na escola, dando-se conta de sua importância e rompendo com a cultura de que não se pode mexer nela.

O desafio central da formação continuada em alternância, do ponto de vista pedagógico, tem sido garantir a presença das formadoras nas escolas, orientando e acompanhando as intervenções, viabilizando assim uma maior aproximação entre os sujeitos - cursistas, formadores, educadores das escolas – consolidando as bases da cooperação entre estes atores no processo de formação. Para os estudiosos da Pedagogia da

Alternância, o acompanhamento do aluno é a etapa mais importante no processo da formação em alternância. Na nossa realidade, em que temos apenas duas formadoras atuando em nível central (EAPE), são limitadas as condições de um acompanhamento direto nas escolas.

3. Pesquisa como princípio formativo

Na formação continuada em Educação do Campo a pesquisa é compreendida como princípio, como práxis, que articula o movimento da realidade ao conhecimento teórico necessário à sua interpretação/análise. Assim, o percurso de formação é também um percurso de pesquisa, orientado por perguntas, reflexões, articulações, registros de forma sistemática com a intencionalidade pedagógica de construir conhecimento no movimento da práxis.

O objetivo é compreender a realidade em suas relações, como parte de um processo histórico, no qual vamos intervir no sentido de construir a Escola do Campo no DF, engajando xs cursistas em uma atitude de pensar e registrar a experiência de intervenção nas escolas e em outros espaços formativos, construindo uma atitude crítica e criativa que os conduza a produzir novas interpretações da realidade e novas propostas de intervenção.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2000, p.54), pelos objetos inteligíveis, cognoscíveis. A formação continuada em Educação do Campo deve pautar-se pela inserção crítica na realidade, desafiando xs educadorxs a desvelar o mundo, não como realidade estática, mas em movimento, em transformação.

Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 2000, p. 70).

Fazemos perguntas e nos desafiamos a respondê-las. E cada um/a de nós, formadoras e cursistas, no desafio de problematizar a perguntas e buscar respostas, vamos criando nossa práxis na medida da nossa própria compreensão da realidade e suas relações e das compreensões partilhadas na escola, na comunidade, nas formações.

A sistematização do conhecimento construído constitui-se no maior desafio da formação e, apesar da criação de instrumentos e das orientações para que seja feito, a ausência de tempo e de experiência em sistematização são impedimentos, especialmente em formato acadêmico.

O curso Projovem Campo, com 360h e duração de dois anos, além de cursistas inseridos em programas de pós-graduação ou com esta intenção, permitiu a elaboração de artigos como produto material da formação, dois deles apresentados no VII Congresso Latino Americano de Agroecologia. O Projovem gerou também uma dissertação de Mestrado em Educação, dois trabalhos de Especialização *Latu Sensu* e um TCC da Licenciatura em Educação do Campo, ambos da UnB. Temos, ainda, um artigo publicado na Revista *Presença Pedagógica*¹⁶ sobre a experiência a partir do olhar de uma das formadoras.

4. Agroecologia e Alimentação Escolar como eixos estruturantes

A Educação do Campo, como afirma insistentemente Roseli Caldart, só pode ser compreendida na tríade campo - política pública - educação.

O debate do campo precede o da educação, ou seja, não se trata de discutir a educação em uma perspectiva apenas pedagógica. O campo é o primeiro elemento da tríade porque a Educação do Campo nasce da luta dos sujeitos do campo, sujeitos humanos e sociais concretos; do campo real, campo de luta pela terra, pelo trabalho; campo das contradições de classe efetivamente “sangrando” como esclarece Caldart (2007). Nasce destas contradições, da precariedade das condições de vida no campo, da luta por um projeto de campo em contraposição ao projeto capitalista de um campo sem gente.

[Entretanto,] como defender a educação dos camponeses sem confrontar a lógica da agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física? Como pensar em políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente? (CALDART, 2012, p. 261).

O Campo, primeiro elemento da tríade, tem sido não apenas nosso ponto de partida, mas o caminho para esclarecer as escolas e suas comunidades sobre os projetos de campo em disputa no país, os embates entre a lógica da agricultura camponesa e do agronegócio e suas implicações no projeto de país e de sociedade que estamos construindo e no alimento que estamos consumindo.

O Agronegócio, aceito inicialmente pelos educadorxs como projeto de país, como modernidade e tecnologia no campo, como produtor de divisas e sustentáculo da economia, a partir da narrativa construída pelos interesses hegemônicos, precisa ter sua lógica analisada criticamente. Agronegócio significa concentração de terra e riqueza, propriedade privada da terra e dos recursos naturais, monocultura, utilização de insumos industriais e venenos controlados por empresas de capital estrangeiro, super exploração do trabalho, produção de bens primários para exportação, com políticas públicas que subsidiam suas atividades e promovem a produção de conhecimento científico a seu serviço.

Essa busca pela construção de uma imagem perante a opinião pública, reveladora de posições no debate político, também se expressa na disputa pelo tamanho que o agronegócio tem na economia brasileira [...]. Por trás da guerra metodológica e de números, esconde-se uma disputa pelo acesso aos recursos públicos, tão mais legitimado quanto maior for o peso que se atribui ao agronegócio. (LEITE e MEDEIROS, 2012, p.84).

A formação continuada assume a tarefa de descortinar a imagem construída do Agronegócio pelos interesses hegemônicos e a apresentar a Agroecologia como modo de produção que atende aos interesses da classe trabalhadora do campo e de todos nós, do campo e da cidade, que assumimos os custos da destruição humana e ambiental que o Agronegócio promove para atender apenas a seus próprios interesses de acumulação de capital. Buscamos a compreensão de que o modelo

tecnológico hegemônico representado pelo Agronegócio coloca em risco a vida de todas e todos.

A Agroecologia, segundo Altieri (2012) “é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma, a dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas”. Do seu surgimento na década de 1930 ao momento atual, assume um lugar de referência para a construção de outro projeto de campo e, a partir das práticas dos movimentos sociais do campo, se torna parte da estratégia de luta e enfrentamento ao Agronegócio. (GUHUR E TONÁ, 2012)

Na formação continuada a Agroecologia assume a sua dimensão de prática social e articulada ao trabalho como princípio educativo traz a práxis agroflorestal como espaço de construção de conhecimentos. Como meio de produção de alimentos saudáveis e socialmente justos, no leva a questionar o que comemos e a buscar informações para entender como a alimentação se torna mercadoria e que lugar ocupa a alimentação escolar neste negócio.

Por suas potencialidades de ligar a formação à vida e ao mundo do trabalho, a Agroecologia e a Alimentação Escolar se tornam eixos estruturantes das atividades de formação continuada e são temas geradores de estudos, encontros pedagógicos, diálogos com escolas e comunidades, e das demais atividades de formação que empreendemos.

Os obstáculos

Os obstáculos são velhos conhecidos para quem atua na Educação Básica: a ausência de condições materiais de trabalho; a quantidade insuficiente de profissionais para realização das inúmeras demandas; o impacto na escola das relações desumanizantes da nossa sociedade; as normativas que acorrenham a ação; a tradição pedagógica que aprisiona a criação. Para as escolas do campo somam-se as grandes distâncias a serem percorridas sem transporte público e estradas adequadas e as condições de infraestrutura da escola ainda mais precárias.

A formação continuada tem seus obstáculos específicos, mas consideramos que o principal está na dificuldade de manter-se em diálogo direto com as escolas. Aos cursos chegam pessoas, trazendo seus pontos de vista, seus limites e potencialidades, mas a resignificação do trabalho pedagógico só pode ser realizada pelas escolas, coletivamente e, portanto, é imprescindível ofertar formação que atenda às escolas diretamente, dialogando com sua realidade. Contudo, as normativas da SEEDF, ao homogeneizar as escolas sob as mesmas regras, criam dificuldades intransponíveis para que educadorxs acessem a formação continuada coletivamente.

Além das dificuldades de acesso, no formato de cursos semanais de 3h, em horário de coordenação, o grupo de cursitas se torna rotativo, com ausências todas as semanas, de modo que não é possível avançar na apropriação teórica necessária à compreensão da realidade e à ação transformadora. Isto se dá tanto pelo fato de que a cada semana temos, objetivamente, um grupo diferente, quanto coloca uma forte limitação de tempo para leituras mais longas e/ou complexas. Nas oportunidades que tivemos de realizar 40h de Tempo Estudo em imersão não

houve faltas e foi possível aprofundar conhecimentos, além de permitir a criação de laços afetivos; a auto-organização da turma para a realização de trabalhos para a coletividade e para co-gestão do processo formativo; tempo suficiente para realizar saídas de campo. O Tempo Estudo em imersão interfere no Tempo Intervenção, que ampliado, não fragmentado, facilita tanto o desenvolvimento das ações planejadas pelos cursistas, como o acompanhamento pelas formadoras.

O horizonte

Se em uma formação tradicional a condução do processo educativo pertence prioritariamente ao formador, essa concepção não é mais adequada quando se busca uma alternância integrativa, em que ampliação do tempos/espacos de formação deve constituir a base do processo. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível que toda a escola participe como co-produtora da formação evitando, assim, no melhor estilo da pedagogia tradicional, que a escola se torne meramente objeto de observação e pesquisa ou espaço de intervenção individual e solitária de um educador em formação.

No âmbito da Educação do Campo temos a compreensão de que

A função da escola é mediada pela organização do trabalho pedagógico, ou seja, o modo de organizar o trabalho pedagógico atende a uma determinada função social. Podemos dizer então que a escola capitalista cumpre suas funções de subordinação e exclusão pelo modo em que organiza o trabalho no interior da escola, ou seja, pelo modo que organiza os conteúdos, os espaços, os tempos, os procedimentos, as relações; pelos processos de homogeneização, de seriação, de simultaneidade; pela estrutura de poder. Para produzir humanização é preciso alterar a forma como está organizado o trabalho pedagógico na escola. (BARBOSA, 2012, p. 54).

A formação que se pretende humanizadora, em consonância com a concepção de educação a que se filia a Educação do Campo, precisa superar a atual forma/fôrma escolar centrada na aula, já que sua centralidade tem como base a exclusão do trabalho material, a relação de poder entre formador e cursista (pela propriedade do saber) e a fragmentação do trabalho pedagógico.

Neste sentido, temos como horizonte a formulação de estratégias pedagógicas que garantam:

- a superação da aula pelo trabalho, o que significa romper completamente com a pedagogia da palavra (verbalista) e construir uma pedagogia da ação, vinculada ao movimento social e ao mundo do trabalho;
- o protagonismo dos cursistas e de suas escolas na gestão dos processos formativos;
- a auto-organização: do individual, desde a sua própria organização, até sua inserção na dimensão coletiva, criando diversas possibilidades de organização e trabalho coletivo;
- o trabalho como princípio educativo: tanto na sua dimensão concreta imediata de produção de autosserviço como também no sentido criativo, de como nos colocamos diante das situações que exigem criação;

- a sistematização e socialização dos conhecimentos construídos na práxis pedagógica.

Do ponto de vista institucional, temos como horizonte:

- a regulamentação da formação em alternância com tempos concentrados de estudo, previstos em calendário escolar de acordo com as características de cada região;
- a ampliação da equipe de formadores, visto que as necessidades dos cursistas extrapolam o conjunto de conhecimentos das duas formadoras em Educação do Campo da EAPE. Para atender a demandas tão amplas, que abrangem todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com suas especificidades, teríamos que ampliar a equipe de formadoras e empreender pesquisas específicas sobre a construção de conhecimento em cada etapa e modalidade;
- o cumprimento da meta 8.25 do Plano Distrital de Educação, qual seja, “Implantar políticas, por meio de parceria entre a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, escolas técnicas e instituições de ensino superior – IES públicas, de formação inicial e continuada aos profissionais da educação que atuam na educação do campo, com vistas a atender aos objetivos e às metas deste Plano, como condição necessária a todos os profissionais da educação que atuam ou venham a atuar em escolas do campo, ficando estabelecido o prazo de quatro anos para aqueles já em exercício nessa modalidade de ensino e um ano tanto para os processos de remanejamento quanto para empossados em virtude de concurso público.”
- a construção de parcerias formais com Universidades Públicas, Institutos Federais, outras Secretarias do Governo e Organizações Sociais que permitam ampliar os tempos-espacos de formação e os pontos de vista sobre a realidade.

As condições não estão dadas, mas nossa tarefa é mesmo criá-las, forçar as cercas, forjar novas práticas. Estamos com Rosa Luxemburgo: “Quem não se movimenta, não sente as cercas que o prendem” e, afinal, a hegemonia, embora dominante, não é estática nem absoluta, mas enraizada nos processos de luta e, portanto, “toda relação de hegemonia pressupõe, como possibilidade, a existência de experiências, relações e atividades contra hegemônicas” (PRONKO & FONTES, 2012, p. 392).

Concluindo

Se a formação é ação educativa e, como tal, é relação, e, assim, adquire sentido na medida em que nos toca existencialmente e nos indica novos significados que transformam nosso modo de estar no mundo, podemos concluir que temos construído processos formativos significativos, expressos pelos cursistas nas avaliações¹⁷:

Eu esperava apenas mais um curso que ao final receberia certificado, mas foi muito além, tive troca de experiências, coisas novas em relação à Educação e um novo olhar em relação a minha práxis como educadora.

Eu esperava que tivesse algo pronto. Um caminho pronto. Um currículo pronto. Eu encontrei a possibilidade de reinventar a minha prática docente a partir de princípios.

Eu levo comigo aprendizado e lembrança da formação que mudou a forma de pensar e atuar na realidade dos alunos.

Por meio desse curso levo para minha vida um conhecimento muito significativo e transformador. Práticas que já estou colocando na minha casa. Sei que mudei meu modo de pensar e agir e quero continuar nesse processo de transformação.

O curso está contribuindo muito para a minha formação humana, como educadora na vida e no trabalho. Considero a Educação do campo o foco revolucionário da educação básica do DF, onde de fato as práticas pedagógicas estão sendo reinventadas e tecidas coletivamente, de forma verdadeiramente democrática e coerente com as especificidades das escolas, das comunidades, dos movimentos sociais do DF.

Notas

- ¹ EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, órgão da SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do DF, subordinado ao Secretário de Educação, que tem como função ofertar formação continuada.
- ² Outras reestruturações foram feitas e atualmente a política pública é gerida pela Gerência de Educação do Campo, vinculada à Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Subsecretaria de Educação Básica.
- ³ O cerrado é considerado o “berço das águas” por ser estratégico em relação aos recursos hídricos, abrigando as nascentes de importantes bacias hidrográficas brasileiras e da América do Sul: Platina, Amazônica e São Francisco.
- ⁴ Subsecretaria de Educação Básica, unidade orgânica subordinada ao Secretário de Educação.
- ⁵ Relatório de Gestão 2012-2014 NEC /CEDIV/SUBEB.
- ⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.
- ⁷ Reorganização das séries em ciclos de formação era o projeto político da SEEDF em 2013 e o curso buscou dialogar com o que estava em debate à época.
- ⁸ Escolhidas segundo dois critérios: atenderem crianças e jovens de assentamentos da reforma agrária ou comunidades de agricultura familiar que desenvolvessem produção agroecológica ou de transição agroecológica; e que possuíssem uma direção disposta ao diálogo com a Educação do Campo.
- ⁹ O 1º Dia do Campo é realizado na CRE Brazlândia em novembro de 2013, atendendo a demanda de ampliar a formação que estava sendo realizada em duas de suas escolas no âmbito do Projeto Piloto. A partir de 2014 se amplia para todas as oito CREs que possuem escolas do campo e é assumida como tarefa dxs coordenadorxs intermediárixs de Educação do Campo em cada Regional.
- ¹⁰ Ainda não chegamos a uma formulação satisfatória, pois consideramos que a palavra Intervenção traz em si uma denotação negativa de algo que é imposto a outrem, mesmo que no nosso caso esteja sendo usada no sentido de uma ação transformadora da realidade.
- ¹¹ É indiscutível a importância do coordenador intermediário e hoje podemos afirmar que é em função de sua atuação que todas as escolas têm conhecimento de que a escola rural está posta em questão e que novas bases são colocadas como desafio pela Educação do Campo. Desta forma, o coordenador intermediário é ator fundamental para a formação continuada, garantindo a oferta de uma formação que atenda às escolas diretamente e conforme suas especificidades.
- ¹² São 11 escolas e apenas duas formadoras.
- ¹³ Uma formadora é coordenadora local e os dois outros compõem as equipes de UNIEB.
- ¹⁴ Pólos é designação dada aos cursos que são ofertados nas Regionais de Ensino. É uma forma que aproxima a EAPE dxs educadorxs e amplia o direito à formação, mas que nos últimos três anos foi desconsiderada como estratégia pela Direção da EAPE.
- ¹⁵ Também definida como Real, Copulativa ou de Reversibilidade.
- ¹⁶ V. 22. jul/ago 2016. Ed. Dimensão. Belo Horizonte/MG.
- ¹⁷ Os trechos foram retirados de avaliações individuais escritas realizadas pelas/os cursistas ao final de cada processo formativo, constantes do portfólio das formadoras.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2012.
- BARBOSA, Anna Izabel Costa. **A organização do trabalho pedagógica Licenciatura em Educação do Campo/UnB**: do projeto às emergências e tramas do caminhar. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- _____. **Sobre Educação do Campo**. Mimeo, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes. Coleção AIDEFA, 2007.
- GUHUR, Dominique; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- QUEIROZ, João Batista de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional**. Brasília, 2004. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da UnB.
- SILVA, Lourdes Helena. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. A experiência brasileira. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 5, pp. 105-112. Disponível em <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Consultado em outubro/2008.